

“PAI CONTRA MÃE”, DE MACHADO DE ASSIS: A NEGATIVA DAS NEGATIVAS

Marli Fantini Scarpelli
Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho visa enfatizar a realidade histórico-social dos “afro-descendentes”, cujos ascendentes quase sempre chegaram ao Brasil na condição de escravos, fato este que, mesmo após a abolição da escravatura, irá desencadear uma perversa ideologia escravagista, por sua vez preservada no sentido de justificar a escravidão e o tráfico de escravos. O imaginário que ainda hoje sanciona a certos setores hegemônicos a prerrogativa de exercer várias formas de discriminação sobre afro-descendentes é fruto podre semeado por essa ideologia, e esperamos que nosso trabalho jogue um pouco de luz sobre a obscuridade que, até nossos dias, persiste nessa questão.

Malgrado, por razões quase sempre étnicas, certa tradição crítica acusar Machado de Assis de abster-se em assumir posicionamentos relativos à política, à ética, à etnia negra ou, no caso em questão, à afro-descendência, nosso trabalho defende o oposto, haja vista os posicionamentos de distintos narradores machadianos ora tenderem a tangenciar-se para meios tons irônicos ou alegóricos, ora se concentrarem em denúncias frontais.

Exemplo disso pode ser reconhecido em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (MACHADO DE ASSIS, 1959), romance cujo narrador se apresenta como um “defunto autor”, alertando a seus leitores que irá narrar a própria história a partir do “outro mundo”. Para tanto, ele faz da sepultura o berço por meio do qual pretende reingressar na vida, ou quiçá numa sobrevida: “eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço” (M. DE ASSIS, 1959, p.415).

Trata-se, como se pode notar, do personagem narrador Brás Cubas. Sob a perspectiva distanciada e irônica de quem já se acha fora da vida, ele decide discorrer não apenas sobre a própria história (incluindo a falsificação de seu nome, da sua origem e, portanto, de sua identidade). Além disso, fica clara sua intenção de questionar os paradigmas literários, históricos, filosóficos e políticos do século que começa a findar junto com ele, ou seja, juntamente com a “morte do autor”. Em síntese, ao colocar-se na fronteira liminar entre a vida e morte, entre o agonizante século XIX e o nascente século XX, Brás Cubas dispõe-se a dissecar seu corpo pessoal e o corpo da monumental história do Oitocentos, retratando ambos como uma farsa a tentar repetir uma história na iminência de dissolução.

Desalmada reencarnação da classe dominante e escravocrata, Brás tenta reproduzir, em sua “autobiografia póstuma”, o modelo conservador que lhe assegurou, quando ainda vivo, ócio e privilégios, não mais possíveis depois da instituição da ordem liberal. Na perspectiva do defunto autor, reconduzir o passado ao agora do campo enunciativo é a estratégia museica que poderia devolver-lhe a permanência e o *status quo*. Para os leitores, entretanto, a repetição aparece como a denúncia do mecanismo escravocrata, reproduzido da máquina colonial, e, *pari passu*, do estatuto liberal europeu mal digerido pelas nossas elites.

A formação acadêmica de Brás é uma evidente sátira aos filhos da classe dominante brasileira do XIX, que buscam as novidades teóricas e políticas na Europa, não para adotá-las em seu país de origem, mas para usá-las como instrumento de legitimação e preservação de poder político e prestígio pessoal. Exemplo disso pode ser encontrado na (perversa) leviandade de Brás Cubas, que, durante os oito anos de “estudos” na Europa, somente colheu “a ornamentação, a fraseologia, a casca”; e, se algo aprendeu, foi somente “liberalismo teórico e romantismo prático”. Quando este “torna-viagem” – um “acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante” – regressa ao Brasil, sente ímpetos de “acotovelar os outros, de influir, de gozar, de viver, – de prolongar a Universidade pela vida adiante...” (M. DE ASSIS, 1959, p.442).

A conduta desregrada do “menino diabo”, apelido de infância, é, desde cedo, endossada pelo pai, graças a cuja proteção Brás tem a “divertida” prerrogativa de quebrar a cabeça de uma escrava que lhe nega um doce ou de fazer de Prudêncio, um pequeno escravo, sua montaria. Quando adulto e já alforriado,

este, por sua vez, é visto a reproduzir a prática do antigo dono, quando submete ao chicote um escravo que tomou para si. Cena, como se constata, a alegorizar repetições que no Brasil vão-se alternando em sucessivas edições onde o que muda são as novas encadernações do mesmo, tentando legitimar-se sob a maquiagem das fachadas.

Dentre outros atos ignóbeis, Brás confessa que se fez deputado para facilitar as negociatas do cunhado. Este, diferentemente de Brás, que já nasceu rico, luta feroz e inescrupulosamente para enriquecer. Trata-se de um “liberal-escravocrata” que faz caridade pública e o anuncia em jornais para compensar e encobrir a violência praticada contra os escravos “fujões”, chicoteados por ele até o sangramento; que empurra Brás para a política, contando que este lhe facilite negócios escusos com a marinha por meio da qual pode traficar armas e escravos.

Em *Memorial de Aires*, romance publicado em 1908, ano da morte de Machado de Assis, a identidade brasileira, posto sob viés alegórico, não deixa de ser denunciada sob a perspectiva distanciada e crítica do Conselheiro Aires, diplomata aposentado que viveu perto de 30 anos longe do Brasil. O diário desse raro exemplar da *intelligentsia* nativa data acontecimentos circunscritos entre 1888 e 1889, ou seja, sintomaticamente por ocasião da abolição da escravatura no país. Não com pouca frequência, ele registra, com ares e tons de *déjà vu*, a “Batalha entre antigos e modernos” travada, nessa nossa “Sereníssima República”, por monarquistas e republicanos, e registradas no espaço miscigenado entre o público e o privado.

As discussões sobre a abolição da escravatura e, por trás delas, mal encoberta, a dialética do senhor e do escravo encarnam-se, segundo a aguda percepção do diplomata Aires, na resistência provinciana dos “barões” nordestinos em relação à nova ordem liberal, cuja adoção no Brasil já estaria ocorrendo com um atraso considerável, tendo em vista mudanças já efetivadas e, portanto, superadas na Europa e nos Estados Unidos:

19 de abril

Lá se foi o barão com a alforria dos escravos na mala. Talvez tenha ouvido alguma coisa da resolução do governo; dizem que, abertas as câmaras, aparecerá um projeto de lei. Venha, que é tempo. Ainda me lembra do que lia lá fora, a nosso respeito, por ocasião da famosa procla-

mação de Lincoln: “Eu, Abraão Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América...” Mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil, dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com os *seus* escravos. Espero que hoje nos louvem. Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes. (M. DE ASSIS, 1959, p.1048)

Emblemático no sentido de explicitar tensões da natureza em questão, o conto “Pai contra mãe”, de 1906, desenvolve uma dramática história de perseguição a uma escrava grávida. Em correspondência com o título, negros insurgentes são massacrados por seus “senhores” brancos, que preferem tirar-lhes a vida a perder poder sobre eles. Terminado o conto, subsiste a sangrenta imagem de uma criança natimorta, frontal e inassimilável metáfora de afro-descendência abortada (M. DE ASSIS, 1974, p.659-667).

Sem recorrer a panfletarismo ou a concessões demagógicas, o Machado implícito neste conto avulta como *ficcionista social*, que, sem eufemismo e de forma contundente, examina as cruéis relações de dominação que reificam homens, tornando-os mercadoria escrava, reflexo brutal da ordem escravocrata ainda vigente, sob as expensas de traficantes de escravos. Desse modo, ao tematizar a sujeição da raça negra e da mãe escrava, o contista carioca denuncia a reprodução e legitimação desse sistema social cuja iniquidade tem como uma de suas mais perversas conseqüências, além da escravização de seres humanos, a destruição em larga escala de escravos e de sua descendência. As sobras de tal sistema manifestam-se até hoje sob forma de discriminação e desigualdade sócio-econômica, o que pode gerar, ademais, como o denuncia Machado de Assis em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (no episódio já mencionado a envolver Prudêncio, ex-escravo alforriado), a transformação de vítimas em algozes.

Em resumo, Cândido Neves, protagonista do conto “Pai contra mãe”, torna-se, por falta de outra opção, caçador de escravos fujões. Casado, a mulher Clara grávida, as dívidas, o despejo e a posterior ameaça de perder, para a Roda dos enjeitados, o filho recém-nascido mostram uma gradativa degradação, que milagrosamente se reverte mediante a captura de uma escrava fugida e valiosa porque prestes a dar à luz um novo escravo. Das chibatadas exemplares, decorre o aborto, para desespero do dono, “porque

perder dinheiro também dói”. Todavia, recuperado o próprio filho, Cândido Neves o beija “entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto”. Em seguida, reflete: “– Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração” (M. DE ASSIS, 1974, p.667).

Implícito no conto, entremostra-se um Machado proselitista a descrever – para quantos de nós não fomos ameaçados por instrumentos de controle dos escravos – o funcionamento de alguns dos aparatos físicos e ideológicos empregados pelos “senhores” contra seus escravos. Um exemplo contundente é o ferro ao pescoço, descrito no conto como “uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave”. Ironicamente, essa coleira era menos castigo do que estigma de reincidência.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. (M. DE ASSIS, 1974, p.659)

Outro produto da ideologia escravagista é a perspectiva do “senhor”, a qual lhe permitia acreditar (ou cegar-se às evidências explícitas de crueldade), ser perfeitamente natural aos escravos aceitar a coleira e também a “máscara de flandres”. Esta última, por sua vez, os impedia não apenas de beber, mas também de falar, protestar, denunciar e mesmo realizar necessidades minimamente humanas. Visto incomum na poética machadiana, a imagem da máscara de “folha-de-flandres”, grotesco instrumento de tortura e silenciamento de escravos, nos servirá de chave para desocultar segredos tão bem guardados pelas construções alegóricas que muitas vezes encobrem as denúncias encerradas em poemas e narrativas a nós legados por escritores afro-descendentes. Explorando a ambigüidade, o emprego da metáfora machadiana sugere silenciamento, recalçamento, submissão, sufocamento e, noutra direção, desvelamento, descobrimento, denúncia, como se pode verificar na passagem irônica “Mas não falemos de máscaras”, que finaliza o trecho a seguir:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; também havia a máscara de folha-de-flandres (...). Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado (...). Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. (...) Mas não cuidemos de máscaras. (M. DE ASSIS, 1974, p.659)

A afirmativa irônica encerrada nessa preciosa negativa machadiana é um golpe no ventre, compelindo ao leitor a assumir a perspectiva dos milhões de seres humanos que tiveram sufocada sua voz e destroçada sua cultura, história pessoal e coletiva. Penso com Fanon na necessidade de reconhecer a importância crucial que os povos subordinados têm de afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar suas histórias reprimidas. Mas é também com ele que penso no equívoco que incorremos quando nos atemos à fixidez ou ao fetichismo de identidades para recomendar a elaboração de um “romanceiro celebratório” do passado ou das etnias há muitos séculos reprimidas, correndo o risco de acabar homogeneizando a história do presente (FANON *apud* BHABHA, 1998, p.29).

Uma alternativa mais consistente seria talvez a de dotar – não com encobrimentos, eufemismos ou máscaras, mas com suplementos – os silêncios, as lacunas, os interditos, enfim aquilo que, uma vez recalcado, ficou de fora, não se deixando simbolizar. Porque incomum na poética machadiana, a metáfora da “máscara-de-flandres” nos servirá de chave para desvelar segredos tão bem guardados pelas construções alegóricas que muitas vezes encobrem denúncias encerradas em tantas páginas a nós legadas por escritores afro-descendentes.

Na mesma direção de Fanon, Bhabha sugere ao crítico da cultura e/ou do pós-colonialismo que se empenhe em “apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombram o presente histórico” (BHABHA, 1998, p.29). Esse nos parece ser, num sentido amplo, o projeto político e estético de Machado em “Pai contra mãe”, conto onde o escritor não economiza fel nem sarcasmo para denunciar a truculência contra escravos e sua descendência. Malgrado a ironia da alegoria machadiana,

não é de todo impossível constatar o amargor do autor implícito a alertar o leitor para o perigo de apagamento da afro-descendência no Brasil, visto a ameaça de ser esta abortada desde sua gênese.

A crítica de Romero

Tais reflexões incitam-nos a rever o intolerante julgamento de valor que Sílvio Romero concedeu como triste legado à fortuna crítica de Machado. Hoje se constata que este, não obstante todos os prognósticos desalentadores daquele, além de figurar como a maior expressão da literatura brasileira, acaba de ingressar no novo cânone de Harold Bloom, cujo mais criticado critério de seleção – os escolhidos serem “europeus homens brancos mortos” – vê-se, ironicamente, obrigado a redimensionar seus fundamentos para comportar um mestiço da “sub-raça americana”.

A maior parte das razões arroladas por Romero para julgar a obra machadiana se amparam em afiados critérios deterministas que radiografam não a obra, mas o autor para desencobrir e recensear-lhe as falhas étnicas, psicológicas e fisiológicas e, desse modo, justificar as limitações de obra e autor. Esse falacioso operador de leitura lhe serve para concluir que, sendo Machado de Assis “*um brasileiro de regra*, um nítido exemplar dessa sub-raça americana que constitui o tipo diferencial de nossa etnografia”, sua obra inteira “não desmente a sua fisiologia, nem o peculiar sainete psicológico originado daí” (ROMERO, 1992, p. 66-67).

Seguindo a mesma orientação naturalista, ele acusa de “pobre” o estilo do autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, asseverando que a ambigüidade, a placidez, a uniformidade, a falta de eloqüência da ficção machadiana seriam a fotografia exata do espírito do homem Machado de Assis. Tais traços de estilo explicariam, portanto, a indecisão psicológica do escritor. Sob esse diagnóstico, o crítico extrapola mais um tanto para demonstrar a idéia de que nada mais plausível que epilepsia, gagueira, mestiçagem racial do autor se tenham materializado na dicção de seus textos, como é possível perceber no recorte abaixo:

Vê-se que ele apalpa e tropeça, que sofre de uma perturbação qualquer nos órgãos da palavra. Sente-se o esforço, a luta. (...) Machado de Assis

repisa, repete, torce, retorce, tanto suas idéias e as palavras que as vestem, que deixa-nos a impressão dum eterno tartamudear. Esse vezo, esse sestro, para muito espírito subserviente tomando por uma coisa conscientemente praticada, elevado a uma manifestação de graça e humor, é apenas, repito, o resultado de uma lacuna do romancista nos órgãos da fala. (ROMERO, 1992, p.122)

A fratura do sujeito da enunciação, de sua linguagem e do *locus* a partir do qual ele enuncia, os paradoxos, os tropeços, a ambivalência, a carnavalização, a recorrência aos suplementos, o mosaico de citações, o dialogismo, a conjunção polifônica de diversos saberes, códigos e bibliotecas, numa visão pluralística e multifacetada do mundo, são procedimentos a dotar a dicção machadiana da indecibilidade irônica que é uma característica capital dos textos do Bruxo do Cosme Velho. Curiosamente, são estes mesmos procedimentos que vêm crescentemente consagrando-se enquanto relevantes paradigmas estéticos da modernidade crítica e da crítica à modernidade. Limitado pela concepção possível da Historiografia Literária a que estava circunscrito, Romero equivocou-se, ao considerar tais paradigmas índices da falha étnica, psicológica e fisiológica do escritor. Isso, como vimos, irá acarretar seu inequívoco tropeço na recepção crítica da obra de Machado.

Posto reconhecer, na prosa do *conteur* carioca, algumas qualidades, tais como a elegância, a sobriedade e uma certa sutileza de estilo, a desalentadora recepção romeriana entendeu que, sendo um filho retardatário do romantismo, sem genialidade, sem seiva criadora forte e original, ele não foi um dos novos apóstolos do sistema no Brasil, limitando-se a mero espectador dessa nova tendência; dessa forma, “era fatal que fosse apenas um prolongamento dele, em sua decadência” (ROMERO, 1992, p.33).

Contraopondo-se aos tropeços do julgamento romeriano, Haroldo de Campos entende que, em Machado, o tartamudeio estilístico era uma forma voluntária de metalinguagem. Uma maneira dialógica (bakhtiniana) implícita de desdizer o dito no mesmo passo em que este se dizia. O ‘perpétuo tartamudear’ da “arte pobre” machadiana é, para Campos, uma forma de dizer o outro e de dizer outra coisa abrindo lacunas entre as reiterações do mesmo, do ‘igual’, por onde se insinua o distanciamento irônico da diferença (CAMPOS, 1992, p.221-222).

Além dos ataques de Romero, Machado de Assis recebeu, de outros críticos, acusação de plágio, absenteísmo e antipatriotismo, falhas oriundas principalmente por não colorirem sua obra as cores locais, que, a partir do romantismo brasileiro, se tornaram um dos mais fortes emblemas de nacionalismo literário. Particularmente nessa falha, a razão será como, quase sempre, atribuída ao melancólico e envergonhado caráter mulato de Machado, o qual deveria culminar na reclusão e ensimesmamento do escritor. Exemplo eloqüente dessa estigmatização, encontra na segurança luso-tropical com que Gilberto Freyre, ao confrontar Alencar com o autor de “Instinto de nacionalidade”, parece esquecer seu próprio princípio de “democracia racial”, para identificar, em grosseiros critérios de gênese e etnia, a razão da ausência de “cor local” na obra de Machado.

Um Machado de Assis a fingir-se o tempo inteiro de branco fino: o tempo inteiro a bater janelas e a fechar portas contra toda a espécie de paisagem mais cruamente brasileira, fluminense e carioca em suas cores vivas; contra todo o arvoredo mais indiscretamente tropical que lhe recordasse sua meninice de rua e de morro, sua condição de filho de gente de cor, filho de família plebéia, de descendente de escravo negro. Nada de paisagem, nada de cor, nada de árvore, nada de sol. (FREYRE APUD BAPTISTA, 2003, p.33)

Na acertada avaliação de Abel Barros Baptista, a razão que move a equivocada consideração de Freyre é biográfica e se confirma na ideologia da “casa grande” com que este se investe contra senão o maior, pelo menos um dos maiores escritores do Oitocentos: “Dentro de casa (...) é que ele se defende da memória de ter nascido mulato e quase mucambo e de ter crescido menino de rua e quase moleque” (FREYRE APUD BAPTISTA, 2003, p.33).

A intolerância de Freyre e o julgamento de Romero obrigam a redimensionar os limites de pelo menos dois critérios que lhes dão amparo crítico, ambos anacrônicos ao comparativismo contemporâneo. O primeiro diz respeito ao ideário evolucionista do intelectual paraibano que, ao vincular as condições de produção literária com o projeto político de modernização do Brasil, espera “ver ‘o homem através do livro e a sociedade através do homem’, quer estudar o escritor como ‘diferenciação e progresso’, efeito do meio e do grupo a que pertence” (CARA *apud* ROMERO, 1992, p.18).

O segundo, como não poderia deixar de ser, é balizado pelo comparativismo oitocentista, definindo a obra mais pela ficção do que pela dicção e menos por sua estrutura que por elementos extrínsecos à obra. Ou seja, comparativismo a serviço de julgamentos de valor via de regra amparados em critérios extraliterários, a definir quais textos se dotariam da qualidade essencial à canonização. No entendimento de Compagnon, esse critério está a exigir premente revisão, visto não ser “literário nem teórico, mas ético, social e ideológico” (COMPAGNON, 1999, p.43).

Não obstante seu anacronismo, os critérios de valor produzidos pela literatura comparada oitocentista estimulam, ainda hoje, concepções excludentes como a de Harold Bloom, crítico norte-americano que vê, na formação do cânone literário, uma espécie de corrida do ouro onde novos escritores, acometidos pela “ansiedade da influência”, debatem-se, quase sempre inutilmente, para ultrapassar seus predecessores. Os “europeus homens brancos mortos” eleitos para figurar no cânone de Bloom são escritores cuja obra logrou abalar o horizonte de expectativas previsível aos processos de recepção: “Um dos sinais de originalidade que pode conduzir status canônico para uma obra literária é aquela estranheza que jamais assimilamos inteiramente, ou que se torna um tal fato que nos deixa cegos para suas idiosincrasias. Dante é exemplo da primeira possibilidade; Shakespeare, emblema da segunda, bem como o mais raro exemplar da biblioteca haroldiana (BLOOM, 1995, p.14)”.

Em entrevista à *Folha de São Paulo*, ao ser interpelado sobre a inexplicável ausência de Machado de Assis no seu livro *O cânone ocidental*, Bloom confessava estar reconsiderando critérios anteriores e se dispunha, então, a incluir o autor de *Brás Cubas* em uma nova listagem. Para tanto, ele estaria aprendendo português, esperando, dessa forma, entender a sofisticada dicção machadiana e melhor assimilar a impactante estranheza provocada pelo assombroso universo discursivo traçado “com a pena da galhofa e a tinta da melancolia” pelo Bruxo do Cosme Velho. Aprendido o português e lida a obra machadiana (ou parte dela) no original, Bloom pôde, de certa forma, justificar por que não incluiu Machado, a não ser com considerável atraso, no seu cânone monumental, onde constam os 100 maiores gênios da literatura ocidental (BLOOM, 2003).

É sabido que o poderoso crítico norte-americano exerce, a partir de seu *front*, sediado na Universidade de Yale, contumaz combate a quaisquer apelos multiculturalistas, feministas, marxistas, apostando sempre no poder da literatura enquanto agente civilizacional. Embasado neste e noutros critérios excludentes, ele parece considerar a obra de Machado o avesso, e não a representação de seu mundo e sua época. Desse modo, não consegue explicar o talento do “afro-brasileiro” Machado de Assis a não ser pela ocorrência de um “milagre”. Conservador que é, Bloom, não muito diferentemente de Romero, patenteia, em quase todos seus escritos, a preferência pelos anacrônicos critérios de fonte e influência, filiação e dívida, oriundos da antiga Literatura Comparada. Parecendo ignorar ou subestimar as recentes teorias sobre a produção e a recepção do texto, ele acredita que Machado só pôde criar seu “defunto autor”, porque aprendeu a fazê-lo enquanto seguidor de Sterne (para Bloom, um gênio da ironia). Não obstante, acredita que este foi superado por aquele, mostrando-se, contudo, preocupado, como sempre, em comparar para decidir quem é melhor que quem.

Na comparação, o preconceito racial salta aos olhos de qualquer leitor, e teria indignado o escritor brasileiro, como o próprio Bloom constata: “O gênio da ironia (Sterne) propiciou-nos poucos exemplos à altura do escritor afro-brasileiro Machado de Assis, a meu ver, o maior literato negro surgido até o presente”. Em seguida, a piada de mal gosto: “Machado teria desprezado a minha observação, como mais uma piada de Tristan Shandy”, personagem de Sterne (BLOOM, 2003, p.687). Isso porque, conforme ele próprio faz questão de reiterar, é-lhe inassimilável a idéia de que um mulato, neto de escravos, pudesse tornar-se um gênio da literatura:

Machado de Assis é uma espécie de milagre, mais uma demonstração da autonomia do gênio literário, quanto a fatores como tempo e lugar, política e religião, e todo o tipo de contextualização que supostamente produz a determinação dos talentos humanos. Eu já havia lido e me apaixonado por sua obra, especialmente *Memórias póstumas de Brás Cubas*, antes de saber que Machado era mulato e neto de escravos, em um Brasil onde a escravidão só foi abolida em 1888, quando o escritor estava com quase 50 anos. (BLOOM, 2003, 688)

O atordoamento desencadeado pela miragem epifânica de Bloom, frente ao “milagre”, nada mais é que uma variante *yankee* do eurocentrismo, ideologia hegemônica, cada vez mais anacrônica, depois do 11 de setembro do século XXI, tendo-se sobretudo em vista o *locus* a partir do qual o crítico norte-americano pronuncia seus julgamentos de valor. Atordoamento como este bem provavelmente decorre da inabilidade para julgar o “outro”, do desconhecimento ou desprezo pela heterogeneidade étnica e cultural. Em síntese, da cegueira autocêntrica, uma espécie de vilão a privilegiar, dentre outros critérios críticos adotados por Bloom, biografia, psicologismo, raça, etnia. Má formação dessa natureza o compele a mensurar equivocadamente, pela cor da pele, a competência literária de escritores como Machado ou Alejo Carpentier e, como consequência, a cometer gafes que ele ingenuamente confessa:

Ao ler Alejo Carpentier, inicialmente, cometi o equívoco de presumir que fosse o que chamamos “negro”. Ao ler Machado de Assis, presumi, erroneamente, que fosse o que chamamos “branco” (mas o que E. M. Foster, com muita graça, chamava “rosa-cinzentos”). Carpentier, em *O reino deste mundo*, escreve a partir de uma perspectiva que hoje consideramos negra. Machado, em *Memórias Póstumas*, ironicamente, adota uma perspectiva luso-brasileira branca, bastante decadente (BLOOM, 2003, p.688).

Para Bloom, a genialidade de Machado de Assis se reduz ainda a um outro tipo de “mágica”: a de manter preso à narrativa o leitor, a de dirigir-se a este freqüente e diretamente, ao mesmo tempo em que evita o mero “realismo” (que jamais é realista). Nesse sentido, ele classifica as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, escritas do outro lado da vida, como uma obra em que, ao provocar o leitor com jogos de humor e ironia, o narrador torna o esquecimento “singularmente divertido”. Não obstante a discriminação e os reducionismos, não deixamos de louvar a iniciativa de Bloom, considerando o fato de que hoje, por ser ele um *best seller*, está a figurar nos primeiros lugares da crítica literária universal. Dessa forma, a iniciativa magnânima de Bloom – incluir Machado de Assis no panteão dos *gênios* – logrou um outro tipo de “milagre”, doutra forma inimaginável. Ou seja, ele acabou agenciando a circulação do nome do Bruxo do Cosme Velho, em

inglês, o que é hoje sinônimo de universalizar. Assim, ao fulgurar numa listagem de 100 escritores canônicos, obtém visibilidade, no seletivo mercado editorial dos *best sellers*, um escritor afro-descendente, de terceiro mundo, com obras (quase sempre primas) escritas em português, língua praticamente desconhecida no mundo ocidental.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- BLOOM, Harold. *Gênio: os 100 autores mais criativos da História da Literatura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- BORGES, Jorge Luis. José Maria Eça de Queiroz: El mandarín. *Biblioteca personal*. Madrid: Alianza Editorial, S.A, 1997.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Memórias póstumas de Brás Cubas; Memorial de Aires. Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959.
- MACHADO DE ASSIS, J.M. Pai contra mãe. *Relíquias de casa velha*. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1974.
- PEREIRA, Astrogildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: Estudo comparativo de literatura brasileira*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.